



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 037/ 2011

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, COM A INTERVENIÊNCIA DA CENTRAL DE APOIO TÉCNICO E DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Av. Raja Gabaglia, 1.315, bairro Luxemburgo, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP. 30.380-090, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 21.154.877/0001-07, neste ato representado por seu Presidente, o Conselheiro Antonio Carlos Doorgal de Andrada, doravante denominado por **TCEMG**, com a intervenção do **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** junto ao **TCEMG**, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral, Glaydson Santo Soprani Massaria, doravante denominado **MPC**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Av. Álvares Cabral, nº 1.690, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alceu José Torres Marques, doravante denominado **MPE/MG**, com a intervenção da **Central de Apoio Técnico**, por seu coordenador, Promotor de Justiça, Dr. Edson de Resende Castro, doravante denominada **CEAT** e do **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público**, por seu coordenador, Promotor de Justiça, Dr. Leonardo Duque Barbabela, doravante denominado **CAO-PP**;



CONSIDERANDO que, nos termos do art. 76 com seus incisos e parágrafos, da Constituição do Estado de Minas Gerais, da Lei Complementar 102, publicada em 18.01.2008, e do Regimento Interno do TCEMG - Resolução 12, de 19 de dezembro de 2008, o controle dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 127, § 1º, 128, II, e 129, IX da Constituição da República, o Ministério Público rege-se pelos princípios da unidade e indivisibilidade, competindo-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos, e outros que lhe forem conferidos;

CONSIDERANDO o interesse dos partícipes em agilizar e dotar os procedimentos de fiscalização de maior consistência e qualidade, com a transferência de dados e maior fluxo de informações entre si na apreciação da legalidade dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal,

RESOLVEM firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes, sujeitando-se os participantes, no que couber, às normas da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO tem por finalidade facilitar e agilizar o fornecimento de documentos, dados e informações, visando dotar os procedimentos de fiscalização pelos partícipes, em seus respectivos âmbitos de atuação, de maior consistência e qualidade na apreciação da legalidade dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO

Os partícipes comprometem-se a conjugar seus esforços para o desenvolvimento e a execução de ações concernentes ao objeto do presente TERMO da seguinte forma:

I – Atribuições do TCEMG:

- a) disponibilizar dados técnicos e os respectivos documentos, referentes a processos ou procedimentos em tramitação na Corte de Contas que envolvam a proteção do patrimônio público municipal e estadual, mediante solicitação do MPE e na forma pactuada na cláusula 3ª – Dos procedimentos, letra “a”, deste TERMO;
- b) promover inspeções e exames de dados como providências de suporte ao MPE em matérias que envolvam a proteção do patrimônio público estadual e municipal, mediante solicitação do MPE e na forma pactuada na cláusula 3ª – Dos procedimentos, letra “b”, deste TERMO;
- c) encaminhar, sempre que possível, por meio eletrônico, as informações a serem disponibilizadas conforme previsto neste instrumento.

II – Atribuições do MPE

- a) adotar procedimentos, em entendimento com o TCEMG, visando o cumprimento do presente TERMO da melhor forma;
- b) elaborar estudos ou propor medidas e diretrizes a título de colaboração visando o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização e controle dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal.
- c) Solicitar, sempre que possível, por meio eletrônico, o envio de dados técnicos e respectivos documentos referentes a processos ou procedimentos em trâmite no TCEMG que resultem ou possam

2013
junho



resultar em determinações aos órgãos e às entidades da Administração Pública Estadual e Municipal ou na responsabilização penal, civil e/ou administrativa de agentes públicos;

- d) agir com presteza, propondo as medidas judiciais cabíveis, tão logo receba a documentação fornecida pelo TCEMG, informando os números e o andamento dos processos, bem como o foro onde foram ajuizadas as ações fruto da cooperação estabelecida pelo presente TERMO;

III – Incumbe aos PARTICIPES

- a) empreender estudos no sentido de propor alterações legislativas ou procedimentais que aprimorem os mecanismos de controle e fiscalização dos atos da Administrações Pública Estadual e Municipal;
- b) colaborar para a publicação de matérias de interesse comum por intermédio de suas revistas institucionais,
- c) colaborar para a realização de cursos de formação e de aperfeiçoamento técnico, e de intercâmbio de pessoal de áreas técnicas afins, em matérias de interesse comum.
- d) Promoção conjunta de seminários, congressos, encontros e quaisquer outras formas de produção e desenvolvimento de atividade acadêmica, técnica e intelectual.
- e) Disponibilizar, sempre que possível, a utilização de instalações físicas e equipamentos, desde que solicitados com antecedência razoável.
- f) Prestar informações recíprocas sobre as providências adotadas, quando solicitadas, sobre matérias objeto deste TERMO.
- g) Designar, nos respectivos âmbitos institucionais, representantes com atribuições específicas para o acompanhamento e/ou operacionalização de providências decorrentes deste TERMO.

Lari
Garcia



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS

Para a execução das providências previstas neste TERMO, em especial as dispostas nas alíneas **a** e **b**, item I, da CLÁUSULA SEGUNDA, ficam pactuados os seguintes procedimentos:

- a) A solicitação de dados técnicos e de seus respectivos documentos previstos na alínea **a**, item I, da CLÁUSULA SEGUNDA será dirigida ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado, ou por quem o represente por delegação específica, com a devida motivação, indicando o número do procedimento investigatório do MPE, os promotores que o conduzem e a comarca de origem, com a observância das disposições pactuadas na alínea **d**, item II, da CLÁUSULA SEGUNDA.
- b) A solicitação para que o TCEMG promova inspeções e/ou exames de dados como providências de suporte ao MPE, previstos na alínea **b**, item I, da CLÁUSULA SEGUNDA será dirigida ao Procurador-Geral do Ministério Público de Contas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado, ou por quem o represente por delegação específica:
- b.1- Recebida a solicitação, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas avaliará sua viabilidade e encaminhará expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado para as providências cabíveis, observadas as disponibilidades operacionais e financeiras do TCEMG.
- b.2 – Os resultados dos trabalhos realizados e o respectivo relatório de inspeção e/ou de análise de dados serão encaminhados ao MPC para as devidas informações e disponibilização de documentos ao MPE. Concluída a etapa, toda a documentação será encaminhada à presidência do TCEMG para os devidos encaminhamentos, na forma regimental.
- c) Todas as demais providências previstas no presente TERMO serão tratadas diretamente pelo Presidente do Tribunal de Contas e pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado, ou por seus representantes devidamente investidos de expressa delegação.



- d) As informações solicitadas pelos partícipes serão remetidas por meio mais adequado ao atendimento da finalidade almejada, dando-se prioridade à utilização de meios eletrônicos.

CLÁUSULA QUARTA – COMPETÊNCIAS E SUPERVISÃO

I - As ações decorrentes do presente TERMO serão executadas pelos partícipes respeitadas as competências e finalidades institucionais de cada um, independente do repasse de recursos financeiros.

II - Os Gabinetes do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais serão os órgãos responsáveis pela orientação e supervisão das atividades decorrentes deste TERMO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente TERMO vigorará pelo prazo de dois (02) anos, podendo sofrer alterações ou modificações no texto original ou ser prorrogado no interesse das partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO OU DENÚNCIA

Os partícipes podem rescindir ou denunciar este TERMO a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Compete ao TCEMG providenciar a publicação do extrato deste TERMO no Diário Oficial do Estado como condição de sua eficácia.

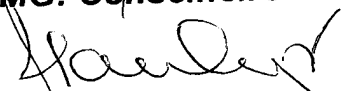
E por estarem os partícipes justos e acordados em suas intenções, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 05



(cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2011.


Antônio Carlos Doorgal de Andrada
TCEMG: Conselheiro Presidente


Alceu José Torres Marques
Procuradoria/MG:
Procurador-Geral de Justiça


Intervenientes:


Glaydson Santo Soprani Massaria
MPC: Procurador-Geral


Edson de Resende Castro
CEAT: Promotor de Justiça
Coordenador


Leonardo Duque Barbabela
CAO-PP: Promotor de Justiça
Coordenador

Testemunhas:

1) 

2) 